



Revista
FONTES DOCUMENTAIS

**LUGARES DE MEMÓRIA INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO NOS
DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS PRESENTES EM MEMORIAIS
INSTITUCIONAIS**

PLACES OF INSTITUTIONAL MEMORY:
A STUDY OF ARCHIVAL DOCUMENTS IN INSTITUTIONAL MEMORIALS

DOI: 10.9771/rfd.v7i0

Bianca da Silva Nunes

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Arquivologia pela UFBA. **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0004-8786-8511> E-mail: nunes.bianca@ufba.br

Ricardo Coutinho Mello

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Difusão o Conhecimento e Mestre em Ciência da Informação ambos pela UFBA. **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-3265-6595> E-mail: rcmello@ufba.br

RESUMO

O trabalho aborda como documentos arquivísticos presentes em memoriais institucionais podem ser entendidos como materiais de memória. Especificamente, discute-se: a rede conceitual de materiais de memória como base para a compreensão dos documentos arquivísticos presentes em memoriais institucionais; os elementos que conferem materialidade a um documento, seu papel, suas relações e sua dinâmica no contexto das instituições; o que é memória institucional e memoriais institucionais; como essa materialidade permite a resignificação da memória, bem como a memória pode ser manifestada através dela de múltiplas formas, partindo do pressuposto de que a memória acompanha as vivências e experiências de cada pessoa. A metodologia adotada é a pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, empregando pesquisa bibliográfica. O presente estudo encontra-se na fase de levantamento bibliográfico e documental para alicerçar os fundamentos teóricos e científicos da pesquisa. Analisa-se produções científicas publicadas nos últimos 8 anos tendo como base principal a base de dados referenciais de artigos de periódicos em ciência da informação. A pesquisa visa apreciar resultados de pesquisas que tinham, como objetivo a memória institucional e memoriais institucionais no Brasil. Os resultados mostram, os aspectos que conferem materialidade aos documentos arquivísticos e que reforçam seu potencial de memória institucional, entendendo esses documentos como um elemento que chama a memória

presente na consciência dos indivíduos. Conclui-se a partir da análise dos dados que é possível inferir que o documento arquivístico e suas especificidades, sob o olhar da memória institucional, pode se constituir como um material de memória e que a memória pode se desprender das questões envolvendo materialidade.

Palavras-Chave: memória institucional; lugares de memória; documentos arquivísticos; memoriais.

ABSTRACTS

This study addresses how archival documents present in institutional memorials can be understood as memory materials. Specifically, it discusses: the conceptual network of memory materials as a basis for understanding archival documents in institutional memorials; the elements that confer materiality to a document, its role, its relationships, and its dynamics within institutional contexts; what constitutes institutional memory and institutional memorials; and how this materiality enables the re-signification of memory, as well as how memory can be manifested through it in multiple ways, assuming that memory accompanies the experiences and lived moments of each individual. The adopted methodology is qualitative and descriptive, employing bibliographic research. The study is currently in the stage of bibliographic and documentary review to support the theoretical and scientific foundations of the research. It analyzes scientific productions published over the past 8 years, primarily based on the reference database of journal articles in information science. The research aims to evaluate the results of studies that focused on institutional memory and institutional memorials in Brazil. The findings reveal the aspects that confer materiality to archival documents and enhance their potential as institutional memory, understanding these documents as elements that evoke the memory present in the consciousness of individuals. The analysis concludes that it is possible to infer that archival documents and their specificities, viewed through the lens of institutional memory, can constitute memory materials and that memory can transcend issues related to materiality.

Keywords: institutional memory; memory places; archival documents; memorials.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de parte da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Através de uma revisão de literatura, buscamos propor um estudo teórico acerca da memória das instituições, por entender que elas desempenham um papel essencial na vida dos indivíduos, possuindo o poder de influenciar na dinâmica do funcionamento das sociedades.

A atuação das instituições estão presentes de forma significativa na história das comunidades humanas representando marcos importantes e conduzindo a forma de organização social, sendo assim, a forma como a instituição se relaciona com o meio em que atua, é refletida na sua produção documental, que validam e atestam suas ações por meios legais. Já os lugares de memória, são compostos por elementos que dizem a respeito a essas ações institucionais, onde por meio deles, se torna possível extrair e remontar partes da história.

Unidos, esses elementos compõem a memória institucional, construída durante suas atividades rotineiras, e carregada por pessoas que de alguma forma, tiveram suas trajetórias cruzadas com a instituição. Conscientes da importância de se preservar e difundir sua memória, algumas instituições tomam a iniciativa de construir Memoriais Institucionais, espaços que se ocupam de dar o devido tratamento aos materiais produzidos pela instituição, podendo ser eles um documento, fotografias, quadros, monumentos, etc., preservando-os de forma que seu acesso seja possível as gerações futuras.

Dentro dos materiais custodiados pelos memoriais institucionais, voltaremos nosso olhar para o documento arquivístico, um elemento que reflete as práticas institucionais passadas e presentes e que foi selecionado pela instituição para representar sua memória de forma pública. Por ser um elemento que carrega uma materialidade pronunciada, buscamos analisar como ele pode ser compreendido como um material de memória, ou seja, como seus aspectos materiais contribuem para que ele seja um canal que represente a memória da instituição e que evoque a memória dos seus usuários.

Compreendemos que através da materialidade física dos documentos é possível identificar alguns elementos que cristalizam a memória das instituições e reforçam o caráter institucional desta documentação como, marcas de proveniência oficiais e aplicações de juízos de valor. A materialidade também facilita o processo de acesso, transmissão, gestão, preservação e compartilhamento de informações.

Com base no que foi exposto nos parágrafos anteriores, a pesquisa busca se aprofundar nas particularidades que podem fazer com que o documento arquivístico se constitua como um material de memória dentro dos memoriais institucionais, pois partimos do entendimento que esses memoriais são lugares de memória por contribuírem para o fortalecimento da identidade da instituição, cuidando de preservar sua memória, além de serem ambientes de pesquisa e estudos, onde as pessoas podem explorar a informação contida nos documentos sob diversas perspectivas.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é, por meio de uma discussão teórica, compreender como documentos arquivísticos presentes em memoriais institucionais podem ser entendidos como materiais de memória. O trabalho foi estruturado em 5 seções, onde apresentaremos a discussão fundamentada no diálogo e relação envolvendo os conceitos de Memória Institucional, Lugares de Memória, Memoriais, Documento Arquivístico e Materiais de memória, a seção metodológica e as considerações finais contendo as contribuições e aprendizados extraídos através da discussão proposta.

Ressaltamos que este estudo se encontra na fase de levantamento bibliográfico e documental para alicerçar os fundamentos teóricos e científicos da pesquisa antes de ir a campo.

2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

As instituições nascem como produtos das relações indivíduo-sociedade, seja para atender as demandas sociais que surgem e se modificam continuamente com o passar das gerações ou como um instrumento de regulação e organização da vida social. As instituições podem aparecer em formas variadas, podendo ser de grande ou pequeno porte, exercendo suas atividades a nível de Estado, ou para atender uma parcela específica da população em suas necessidades.

As instituições tendem a acompanhar e/ou moldar os processos evolutivos aos quais as sociedades estão sujeitas, são meios onde podemos enxergar a configuração política, social e econômica vigente no momento atual, bem como conhecer como eram esses cenários no passado ao observar a forma de atuação e produção de uma determinada instituição. Esses mesmos processos sociais evolutivos, juntamente com as demandas que surgem das necessidades dos indivíduos, assumem uma forma reconhecível quando uma instituição surge.

Tornar-se estável significa assumir alguma forma reconhecível. É admirável como as instituições passam a apresentar tipos estáveis que podemos reconhecer em diferentes épocas e circunstâncias. O fato de podemos falar de uma burocracia de complexidade bizantina ou de que podemos reconhecer os instrumentos monetários sob uma forma exótica é a prova da existência de tipos de instituições resistentes (Douglas, 1998, p. 130).

Essas demandas e mudanças ao assumirem uma forma estável, representadas por uma instituição, passam a encontrar meios legais, em teoria para serem atendidas. As instituições e a sociedade estão intrinsecamente entrelaçadas e são indissociáveis uma da outra, vivendo uma relação de dependência. Icléia Thiesen (2013, p.312) diz que “As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania”. As instituições necessitam de um contexto social para surgir e atuar, e a sociedade necessita da atuação da instituição e do fornecimento dos seus serviços, sendo também por meio delas que as pessoas passam a gozar dos seus direitos legais e serem reconhecidos como cidadãos.

Compreendemos que a memória de uma instituição nasce juntamente com ela. Icléia Thiesen (2013, p. 26) afirma que “Se a instituição existe, a memória se plasma”. O próprio ato de criação de uma instituição, já se configura como uma ação que ficará

marcada na história, marcando um ponto crucial em sua trajetória e que a instituição desejará recordar ou até mesmo celebrar. O surgimento de uma instituição tem o poder dar vida e voz a pessoas e grupos, ou de silenciá-los, elas podem ser um marco na trajetória de uma parcela da população que ao contemplar o surgimento de uma instituição, vê uma possibilidade de suas necessidades serem atendidas.

Ainda corroborando com Icléia Thiesen (2013) sobre instituições:

É fruto de demandas sociais variadas, como variados são os tipos de instituições existentes. Nesse sentido, ao se instituir, a instituição é o novo. E o novo é o atual. Entender a instituição como acontecimento é entendê-la como interrupção de uma série, como um fenômeno que emerge como resposta a determinados problemas engendrados no seio da sociedade. Trata-se de uma ruptura de evidências e práticas (Thiesen, 2013, p. 79).

A interação instituição-indivíduo é crucial para a manutenção e desenvolvimento das comunidades humanas. O caminho percorrido por uma instituição, seu legado, suas contribuições e seus impactos positivos ou negativo no ambiente em que atua, se fazem presentes em sua produção diária, nos documentos que ela produz, sendo eles são os meios pelos quais um ato administrativo ganha poder ser realizado. Este caminho também pode ser enxergado através das pessoas vinculadas a determinada instituição, sejam elas as que possuem vínculo profissional, as que foram assistidas pelos seus serviços, ou que os solicitaram e não foram atendidas, criando assim uma memória ruim.

Os elementos citados acima compõem a memória institucional e podemos entender que são partes de uma história que rotineiramente vai sendo montada. A memória institucional como um todo é composta tanto pela forma como a instituição se relaciona com a sociedade, como pelos produtos materiais que são utilizados como meio para exercer suas rotinas administrativas. Segundo Thiesen (2013, p. 37) “A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. O instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais”.

As atividades de rotina de uma instituição podem transcender o mero ato administrativo, podem se constituir em eventos significativos que perduram ao longo do tempo em seus impactos, criando vínculos entre passado, presente futuro, transformando a instituição em um marco na história.

Determinadas instituições, ao tomar consciência da relevância dos materiais produzidos por ela no que diz respeito a sua memória e identidade, escolhem criar espaços para preservar e expor sua memória, chamados de memoriais ou centros de memória. Dentro desses espaços, a instituição possui o poder de selecionar os materiais que melhor

irão representar a identidade que desejam manter e a imagem que querem passar ao público, podendo ser eles um documento, fotografias, monumentos, quadros, etc.

O documento é uma das formas mais utilizadas no fazer administrativo das instituições, eles são meios formais e legais de validar e invalidar atos e se constituem também como prova desses atos quando e se devidamente preservados ao longo do tempo. Sendo assim, dentro dos memoriais é possível encontrar documentos que possuem significado para a instituição, ganhando vida ao ficarem dispostos para a público, se constituindo como uma forma material que possibilita sua interpretação em diversos contextos, e a disseminação da informação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, que consiste em entender fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais (KNECHTEL, 2014).

Quando ao nível de pesquisa, se configura como pesquisa descritiva que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.52) “Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Primeiramente, busca-se compreender o fenômeno da memória institucional e como os documentos arquivísticos presentes dentro dos memoriais institucionais podem ser entendidos como materiais de memória, através de uma revisão de literatura, buscando assim propor um diálogo e uma relação entre as temáticas abordadas.

No decorrer do primeiro semestre do Mestrado Acadêmico cursado pelo PPGCI da UFBA, as disciplinas “Informação e Memória” e “Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação”, apresentaram autores essenciais para a compreensão do fenômeno da memória e suas relações, das temáticas envolvendo Lugares de Memória, bem como da memória presente nos documentos. A partir do contato com essas obras clássicas, selecionamos os autores que melhor se enquadram nos objetivos da pesquisa, sendo eles: Aleida Assmann (2011), Pierre Nora (1993) Eduardo Ismael Murguía (2010) e Maurice Halbwachs (1990). Como base para a compreensão da memória institucional e matérias de memória, utilizamos como principal referência e nos apoiamos nos entendimentos de Icléia Thiesen (2013) e Jacques Le Goff (1990).

Para o levantamento bibliográfico utilizou-se como principal base de dados a Base

de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) (<https://brapci.inf.br/>), onde foram utilizados os termos de busca “Memória Institucional” e “Informação e Memória”. Foram recuperados ao todo 252 publicações. Também foi feita uma busca nos anais do Encontro Nacional Brasileiro de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) dos anos de 2018 a 2021, na seção do Grupo de Trabalho (GT) 10 – Informação e memória, em busca de trabalhos sobre memória institucional.

Optou-se por trazer os quadros abaixo com as principais referências analisadas até o presente momento que atendem ao objetivo da pesquisa. Apesar de não estarem citadas no trabalho, contribuem para a compreensão da temática e construção da pesquisa. Abaixo, na Tabela 1, se encontram os textos recuperados e analisados na base de dados BRAPCI, em seguida na Tabela 2, se encontram os textos recuperados e analisados nos anais do ENANCIB.

Tabela 1: Trabalhos recuperados na BRAPCI

Autoras/es	Ano	Título	Tipo (Artigos, Dissertação, Tese)	Palavras-chave
Juliana Cardoso dos Santos Marta Lígia Pomim Valentim	2021	Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda	Artigo	Ciência da Informação. Memória. Memória Organizacional.
Gabrielle do Nascimento Matos, Dulce Elizabeth Lima de Sousa e Silva, Manuela do Nascimento Silva, Nádia Cuiabano Kunze	2018	Viabilização da disseminação das memórias institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	Artigo	Informação. Memória. Memorial do IFS.
Memória: construção social, lugares e competência	2014	Memória: construção social, lugares e competência	Artigo de revisão	Arquivologia. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Ciência Social. Memória Social. Competência Informacional. Lugar de Memória. Sistema Memorial.
SILVA, Daniele Augusta dos Santos; GODOY, Emília Soares da Silva	2017	O arquivo na construção da memória institucional	Relato de experiência	Memória. Memória Institucional. DCC-UFGM.
PARRELA, Ivana Denise; NASCIMENTO, Adalson	2019	Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica	Artigo	Arquivologia. Memória. Memória Institucional.

SOUZA, Emília Eulina Pereira de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues	2020	Memória institucional da UFPB	Artigo	Informação. Memória Institucional. Arquivo. Arquivologia.
---	------	-------------------------------	--------	---

Fonte: Dados da Pesquisa (2023). Busca: <https://brapci.inf.br/>

Tabela 2: Trabalhos recuperados nos Anais do ENANCIB (GT 10)

Autoras/es	Ano	Título	Modalidade	Palavras-chave
Zineide Pereira dos Santos Sueli Bortolin	2018	Memória do Instituto Federal do Paraná Campus Paranavaí: revisitando o passado, vivenciando o presente	Comunicação oral	Memória institucional. IFPR Campus Paranavaí. Preservação da Memória. Entrevista Narrativa.
Emília Eulina Pereira de Souza Maria Cleide Rodrigues Bernadino	2018	A representação da memória institucional: o Arquivo do Centro de Ciências da saúde da Universidade Federal da Paraíba	Comunicação oral	Informação; Memória Institucional; Arquivo
Luana Pires de Arantes – UFF Elizabeth Gonsalves de Souza - UFF	2019	O Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II e a difusão da memória institucional	Trabalho completo	Memória institucional; Centro de memória e documentação; Colégio Pedro II

Fonte: Dados da Pesquisa (2023). Busca: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib>.

4 LUGARES DE MEMÓRIA, MEMORIAIS INSTITUCIONAIS, DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

A discussão a seguir busca propor um diálogo a partir dos temas Lugares de Memória, Memoriais Institucionais, Documento Arquivístico e Materiais de Memória. O objetivo é mostrar como esses conceitos estão relacionados e como juntos, eles contribuem para o entendimento da função do documento arquivístico como material de memória dentro do espaço de um memorial institucional. A discussão tem como base os entendimentos de Pierre Nora (1993) Aleida Assman (2011) Bernd Frohmann (2006)

Jacques Le Goff (1990) e Icléia Thiesen (2013).

4.1 LUGARES DE MEMÓRIA

Lugares de memória são espaços que carregam lembranças significativas para uma pessoa ou um grupo. Essas lembranças podem ser significativas de modo individual ou coletivo, e representam marcas de um acontecimento ou legado, seja um de indivíduo, grupos, ou de uma instituição. Os locais podem se constituir como um lugar de memória através de diversos fatores: Podem ter sido palco de algum evento marcante no decorrer na história, podem ter sobrevivido aos desgastes do tempo, ou podem ser construídos com a intenção de servir como um meio para deixar gravado uma memória de forma que ela não venha a ser esquecida.

Pierre Nora (1993) fala que os lugares de memória surgem da tentativa de não se deixar algum evento cair no esquecimento, que é preciso ter esses lugares para evocar uma memória associada a esses acontecimentos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (Nora, 1993, p. 13)

Assim, compreende-se que até mesmo acontecimentos marcantes, talvez não viessem a nossa mente e não fossem alvos das nossas reflexões, se não houvesse um meio de acessar algo que os levassem a nossa mente.

Devido a sua forte representatividade para a história, alguns locais que carregam marcas de memórias significativas para um povo, ficam marcados como lugares de memória, podendo ser eles um prédio ou alguma outra construção, uma praça, um ou monumento. Por conta de sua sobrevivência as intempéries do tempo, há também aqueles que são escolhidos intencionalmente por meios legais, para se tornarem patrimônio histórico e cultural de um local devido ao significado da sua representatividade coletiva, como, por exemplo, a Catedral Basílica de Salvador e o Elevador Lacerda, ambos reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável por “Proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras” (IPHAN, 2020, online).

A autora Aleida Assman (2011) diz que:

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no

chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos (Assman, 2011, p.318).

Compreendemos que também existem aqueles locais que, ainda que não sejam reconhecidos oficialmente pelas autoridades, ficam marcados na memória e na história de um indivíduo ou de um grupo que se identifica de alguma forma com este local, de maneira mais particular e afetiva. São locais ficam marcados pela oralidade e pelo sentimento de pertencimento, podendo ser eles uma casa, uma escola ligada a infância, ou qualquer outro local ligado as lembranças compartilhadas com pessoas próximas.

Assmann (2011) se refere a esses locais como locais das gerações:

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias (Assman, 2011 p.28).

Podemos entender que os lugares de memória são meios que conduzem as pessoas a rememorar algo que talvez ficasse esquecido no caminho, são meios de cristalizar e marcar experiências, histórias, ações, podendo eles variar em suas formas e intencionalidade relacionada a sua existência. São testemunhos que preservam histórias individuais, coletivas, remontam identidades culturais e possuem significado social.

As instituições como elementos de relevância para o funcionamento harmônico das sociedades, também passam por seus processos de consolidação, estruturação, erros, acertos, adaptações as demandas sociais até chegarem no seu patamar atual. Todos esses processos foram compostos de atividades, atos administrativos, contribuições internas e externas de pessoas e outras organizações. Juntos, esses elementos, compõe a memória da instituição.

Como já mencionado, os lugares de memória podem ser construídos intencionalmente com o objetivo de deixar cristalizado de forma material e acessível sua memória, identidade, legado e contribuição social, bem como a forma que deseja ser vista e lembrada com o passar dos anos. Diante disto, algumas instituições optam por construir memoriais para preservar e expor memória, podendo eles serem compostos por acervo arquivístico, de biblioteca, museológico ou de natureza mista.

4.2 MEMORIAIS INSTITUCIONAIS

Os memoriais são espaços construídos de forma intencional com o objetivo de preservar uma memória seja ela de algo ou alguém. Eles ficam abertos ao público e

possuem entre suas funções custodiar, gerir e preservar materiais que se relacionem com a memória que deseja ser preservada, podendo ser eles documentos escritos, fotografias, quadros, monumentos, além de promoverem ações educativas e culturais visando a disseminação da informação e funcionando também como espaços de pesquisa.

O memorial passa a ser compreendido como um espaço de memória que enfatiza algo ou alguém e que conserva um patrimônio relacionado a essa homenagem. O memorial passa a fazer parte da construção de conhecimentos sobre a temática a que se insere, e se faz reflexo da identidade cultural, pois nele se infere trocas de experiências. Além de espaço de homenagear, um memorial pode integrar outros espaços, como um centro cultural, podendo agregar museu, exposição, teatro, centro de convenção, biblioteca, arquivo, entre outros (Costa, 2015, p. 31).

Os memoriais são compostos por elementos que foram escolhidos para estarem ali expostos. Dentro dos memoriais, os elementos individuais citados acima, ganham vida e as pessoas que tem contato com eles podem conhecer partes de uma história completa. São espaços que buscam criar uma relação entre a pessoa ou a instituição organizadora e a comunidade, podendo ter um profissional responsável pela mediação da informação.

Compreende-se que os memoriais institucionais são espaços que possibilitam conhecer a trajetória da instituição, desde a sua criação, bem como os caminhos percorridos para que se chegasse ao modelo atual. Cristalizam suas origens, destacam suas conquistas, e dizem respeito também a seu público, seus servidores, colaboradores e pessoas afetadas pelos serviços que a instituição presta, de forma direta ou indireta, positiva ou negativa. Dentro do que foi feito em uma instituição, é possível reconhecer o trabalho do outro e os fragmentos de histórias de vida que estão ligadas a ela.

Os memoriais institucionais podem ser entendidos como lugares de memória por serem locais onde a memória se cristaliza. Eles trabalham com elementos individuais que vão ganhando vida como parte dessa memória. Os documentos arquivísticos são um dos materiais que os memoriais possuem sob sua custódia, com a responsabilidade fornecerem a eles um tratamento de acordo com as leis estabelecidas para sua gestão e preservação, regidas pelos princípios da Arquivologia, e áreas afins, dispostas na Lei nº8.159 de 8 de Janeiro de 1991 – conhecida como Lei de Arquivos que contempla questões sobre eliminação, proteção ao patrimônio documental, salvaguarda e administração de Instituições Arquivísticas Públicas, lembrando que a lei se aplica à parte arquivística das instituições que possuem acervo misto. Dentro dos memoriais, esses documentos não mais possuem funções administrativas, mas passam a ter um propósito de servir a história e de informar, por serem espaços que promovem a disseminação da informação.

No que concerne o documento, Frohmann (2006) traz para a realidade da documentação a perspectiva de Michel Foucault sobre enunciados, e discute acerca da informação institucionalizada, trazendo os conceitos de peso, massa e inércia. As instituições possuem poder jurídico legal para conferir peso aos documentos, ou seja, lhes atribuir um juízo de valor. Um documento que possui validação legal, possui mais peso e massa, passando naturalmente a ser considerado pela sociedade como mais verdadeiro e confiável em detrimento daquele que não passou pelo mesmo processo de validação.

As instituições possuem poder para dar voz e silenciar as informações contidas em seus documentos conforme acharem relevante. Os documentos, que compõe os acervos dos memoriais vinculados a instituições, são formados por documentos que em sua gênese, já passaram por esse juízo de valor, logo, podemos entender que eles possuem alguma relevância para a instituição e para a memória que ela deseja que seja lembrada.

Arantes e Souza (2019) dizem que “A preservação das fontes de formação da memória permite o acesso e a disseminação de informações relevantes para a comunidade interna e externa de uma determinada instituição”. Podemos entender que os documentos se constituem como uma das fontes de formação da memória. A partir do momento em que ficam disponíveis para fins de pesquisa e sujeitos a divulgação, os documentos abrigados pelos memoriais ganham mais poder de circulação e publicação, aumentando seu potencial informativo graças ao compartilhamento das informações contidas neles. As ações educativas e culturais promovidas por eles, contribuem para que essa informação seja disseminada, reforçando a identidade da instituição perante a sociedade.

Os memoriais, como lugares que disseminam informação, promovem o resgate de aspectos culturais, fornecem acesso à história, e quando vinculados a uma instituição, consolidam sua posição e contribuição perante a sociedade desde sua criação. São espaços que se apresentam formas de preservar e construir o legado de uma instituição. Através da materialidade presente nos documentos, é possível analisar boas práticas e rever as que possuíram resultados negativos, marcar seu percurso histórico, e podemos fazer comparações através das tipologias documentais ali dispostas, como forma de conhecer como as atividades da instituição eram realizadas no passado e no presente.

4.3 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E MATERIAIS DE MEMÓRIA

O documento arquivístico possui algumas características particulares. Ele pode ser entendido como um registro de informações produzidas e/ou recebidas por uma pessoa

física ou jurídica, no decorrer de suas atividades administrativas independente do seu suporte, que é o meio físico no qual essas informações são registradas. Eles são reflexos das ações realizadas pelo seu produtor e dos eventos que os circundam, possuindo também valor de prova, sendo possível através deles comprovar que determinado evento aconteceu.

Como a pesquisa tenta compreender os conceitos abordados de Lugares de Memória e memoriais dentro do contexto institucional, o elemento que compõe esses lugares que são trabalhados: o documento, também é analisado dentro do mesmo contexto. Compreende-se por documento arquivístico tudo aquilo que é produzido e recebido no decorrer das atividades de uma instituição.

Por definição, o Conselho Nacional de Arquivos (Arquivo Nacional, 2004) adota o termo e conceitua documento arquivístico como “A informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades.” Em seguida, complementa Bellotto (2006) afirma que “São aqueles que depois do trâmite dentro da ação que justificou sua criação foram recolhidos a arquivos passando pelas diversas fases do ciclo vital dos documentos”.

Dentro das instituições o documento arquivístico tem um papel fundamental na tomada de decisões pois eles não só registram informações, como também possibilitam a formalização de procedimentos legais, tornando viáveis algumas ações que para serem realizadas precisam da utilização do documento arquivístico.

Um documento pode ser dotado de materialidade, devido ao fato de a informação estar fixada em um suporte e possui entre suas funções, a de ensino, aprendizagem e conhecimento. Mas, também a materialidade pode estar presente na complexa e dinâmica relação da informação com os usuários, conforme menciona os autores Lara e Ortega (2013, p.3): “Um documento se define como tal quando faz sentido para alguém em alguma circunstância. Esse aspecto pragmático revela o caráter social e simbólico da informação em face aos diferentes ambientes e situações concretas de uso”

O documento passou a ser entendido também como a informação que é interpretada e absorvida pelo usuário, levando em conta o contexto social, os processos cognitivos e seu significado atrelado ao efeito que a informação gerou na pessoa.

Nesse sentido, o documento arquivístico, pode ser entendido como algo passível de questionamentos, não sendo interpretado somente pela ótica de quem o produziu ou de

quem é responsável por contextualizar o conteúdo, mas sim, como um objeto representativo, de diferentes formas em cada situação, sendo um material que chama a memória nos indivíduos e que compõe da memória da instituição.

O historiador francês Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória* (1990), fala sobre os materiais da memória coletiva e da história, os identificando como documentos e monumentos, entendidos pelo autor um como herança do passado e o outro como escolha do historiador.

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 1990, p.462).

Compreendemos que os materiais da memória são elementos dispostos de forma material e acessível as pessoas, de forma que cristalizem uma memória. Eles são preservados seja de forma natural, o que implica em sua sobrevivência aos desgastes naturais do tempo, seja de forma intencional recebendo cuidados de alguém ou de alguma organização a partir dos critérios de preservação estabelecidos pela entidade responsável. São canais que evocam as lembranças dos indivíduos que com eles fazem contato, e podem também serem símbolos e marcos voluntários ou involuntários de um evento relevante para um determinado grupo da sociedade. Le Goff (1990, p.462) diz que o “monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”.

O documento pode ser entendido como um testemunho escrito e o monumento pode possuir formas variadas porque sua essência está ligada à sua capacidade de continuar existindo ao longo do tempo, representando um legado para a história das sociedades. Eles preservam culturas, montam e remontam identidades. Independente da sua forma, seja um documento escrito, uma praça, uma escultura ou uma estátua, o monumento enquanto algo que sobrevive na sociedade ao longo das gerações, compõe a memória individual e coletiva do recorte ao qual está relacionado.

O documento escrito, ao longo da história da humanidade, foi se consolidando como um material confiável para contar essa história. Os documentos produzidos em diferentes épocas, por diferentes pessoas e organizações, podem ser entendidos como peças que montam um grande quebra cabeça da história geral de uma vida, de uma sociedade. A intencionalidade dos documentos escritos, marca sua principal diferença

com as demais formas de monumentos existentes.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, p. 472).

A história, até os dias de hoje, tem nos documentos grandes fontes de informações que se constituem como tratados, contratos, cartas, atas e tipologias diversas. Ainda que dotado de uma intencionalidade por parte do produtor e de serem selecionados intencionalmente para atravessar gerações contando uma história, preservando a memória e imagem desejada pelo selecionador, os documentos podem ganhar vida, serem alvo de críticas, novas interpretações, e servir para fins diversos, dando uma nova roupagem a história.

Ainda corroborando com a discussão de Le Goff (1990, p.472) sobre documento/monumento como materiais da memória “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Ao ser alvo dessas múltiplas análises, o documento passa a ser também monumento, por estar na condição de ser passível de novos olhares sobre ele, sendo compreendido assim, como um material da memória.

Trazendo para o contexto institucional, há elementos diplomáticos que conferem validação e características institucionais aos documentos produzidos, como carimbos, assinaturas e selos. Esses elementos permitem relacionar o documento com a instituição que o produziu, tornando-o parte de sua história e também da história da sociedade visto que as instituições são elementos fundamentais na formação desta e estão intrinsecamente ligadas a ela. A existência de uma sociedade depende das instituições, pois são elas que garantem que os direitos e deveres dos cidadãos sejam atendidos.

Os documentos produzidos dentro de uma instituição carregam uma materialidade pronunciada. As informações contidas nesses documentos refletem as práticas institucionais e também servem como uma prestação de contas à sociedade. Sendo assim, esses documentos possuem o poder de manter as pessoas informadas sobre os acontecimentos do meio social que as circundam e sobre as ações das instituições. As instituições têm o dever e a capacidade de fornecer informações por meio de seus documentos.

Nos memoriais institucionais, os documentos ficam sujeitos a múltiplas

interpretações e propósitos. Pesquisadores podem escolher esses documentos como fontes para suas investigações, abrangendo uma variedade de temas, analisando e extraindo informações que se adequem aos objetivos e de suas pesquisas.

Os visitantes desses memoriais também podem ter diferentes motivações ao interagir com os documentos, podendo ser cidadãos interessados em conhecer mais sobre a instituição, sua história e relevância para a sociedade ou pessoas que possuem algum vínculo pessoal ou profissional com a instituição. Entendemos que as particularidades de cada usuário, influencia sua perspectiva ao explorar os documentos.

Comprendemos que os documentos, como materiais que cristalizam a memória da instituição, passam a serem monumentos dentro dos espaços dos memoriais, pois ali são alvos de críticas e aprendizado, estabelecendo uma relação com os usuários, adotando assim a função de material de memória, que conduz o indivíduo a uma memória já existente, ou que ao se entrelaçar com a pessoa por meio do contato com o material, cria a partir daquele momento, uma nova memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a memória institucional colabora para alcançar uma compreensão mais profunda acerca de como as instituições desempenham papel fundamental na vida dos indivíduos, por vezes não tomamos consciência desta influência e deixamos passar despercebido o fato de que os diversos aspectos cotidianos de nossas vidas, de forma direta ou indireta, simples ou complexa, estão conectados a existência das instituições.

Ainda que de forma inconsciente, recorrem-se às instituições, que se fazem presentes em nossa rotina, causando impactos positivos ou negativos. As instituições não são só capazes de se adaptarem as mudanças que surgem na sociedade seja no campo político, econômico, cultural ou de outra natureza, como também possuem o poder de provocar grandes mudanças e marcos no meio social.

Elas se constituem como grandes produtoras de informação, principalmente por meio dos seus documentos arquivísticos. Embora em um primeiro momento possam parecer que sua funcionalidade se limita apenas ao atendimento de atividades administrativas, é possível encontrar nesses documentos informações que precisam ser compartilhadas, sendo através delas também possível a prestação de contas e promover a transparência, mantendo assim a população informada sobre as ações da instituição que causam impacto em suas vidas.

Esse universo de documentos diz respeito a sua identidade e imagem institucional

que se deseja manter, descartar ou modificar. Compreendemos que a materialidade física do documento facilita coisas como: transmissão, fluxo da informação, integração em sistemas informatizados, reprodução e, compartilhamento. Além disso, essa materialidade desempenha um papel essencial no exercício de práticas públicas e sociais e possuem elementos diplomáticos que reforçam o caráter institucional daquele documento e lhes atribuem juízo de valor, marcando uma ação ao longo do tempo como produto específico das atividades de determinada instituição.

A materialidade presente nos documentos nos oferece a chance de estudá-los para conhecer as coisas que eram feitas na instituição no passado, o que colabora na tomada de decisões no presente, dando prosseguimento às boas práticas e descartando as de repercussão negativa. São também registros históricos que podem conter informações importantes sobre eventos e políticas adotadas que marcam e comprovam a atuação das instituições na sociedade, tornando possível mapear quais os valores prezados e praticados pela instituição ao longo do tempo.

A memória institucional é composta pelas relações estabelecidas pela instituição, suas ideias para inovar e se adaptar ao seu ambiente, e suas ações são refletidas na sua produção documental. Quando uma instituição decide criar um espaço como um memorial para preservar sua memória, ela está reconhecendo a importância de ter um espaço que se preocupa em preservar essa documentação, para mantê-la viva ao longo do tempo como fonte histórica.

Dentro dos memoriais, os documentos servem para fins de pesquisa, os diferentes tipos de pesquisas que podem surgir através do estudo dos documentos, contribuem para o desenvolvimento social e científico, como também para a disseminação da informação por estarem disponíveis ao público que pode ser composto de diferentes pessoas, com diferentes objetivos. O acesso a esses documentos contribui também para a construção do conhecimento e de novas relações da instituição com as pessoas e com o meio social em que está inserida.

A materialidade nos documentos permite que as instituições através de seus memoriais, promovam ações de incentivo cultural, incentivo à pesquisa e incentivo ao acesso à informação, podendo aumentar o potencial de alcance dos usuários ao documento, dando a eles visibilidade, os fazendo chegar até pessoas que talvez não conheçam, não lembrem ou não saibam do poder informativo dos documentos institucionais e que as instituições se fazem presente em seu dia a dia.

Entendemos que ao explorar os documentos como materiais da memória, vários

[Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 07, Ed. esp. XII Seminário Hispano-Brasileiro, e72241, 2024 – ISSN 2595-9778](#)

caminhos de pesquisa são possíveis como explorar as relações dos usuários documentos. Um único documento contém histórias que fazem parte da memória da instituição. Compreendemos que os documentos dentro dos memoriais institucionais, são escolhidos pela instituição para representar a identidade institucional, por isso, os lugares de memória são essenciais para que a história seja mantida viva, permitindo que as gerações futuras aprendam com o passado, bem como compreendam como ele moldou o presente.

Os memoriais institucionais abrigam documentos relacionados às demandas da sociedade e às necessidades das pessoas que contribuem para a continuidade da instituição. Os memoriais são capazes de oferecer diversas contextualizações a um mesmo documento, advindas de diferentes usuários, o que enriquece ainda mais seu conteúdo e reforça a identidade da instituição, fortalecendo seus laços com a sociedade.

Como materiais de memória, o documento arquivístico se configura como um instrumento que preserva a memória da instituição e sua materialidade permite que seja constantemente objeto de novas reflexões. Além disso, funciona como referência para a tomada de decisões, permitindo a comparação entre práticas antigas e atuais através dos documentos preservados. Desta forma, o documento arquivístico atua como um canal que conduz a memória e, ao mesmo tempo, representa e reforça a identidade institucional.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Luana Pires de; SOUZA, Elisabete Gonçalves de. **Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II e a difusão da memória Institucional**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/761/697>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. **Legislação arquivística**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-20-de-16-de-julho-de-2004>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 8

jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

COSTA, Nêemias Gonçalves. **Lugares de preservação da memória para quem e para quem?** um estudo de caso sobre o público do Memorial do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis. 2015. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134316/Neemias_TCC_museologia.pdf Acesso em: 10 jul. 2023.

FROHMANN, Bernd. **O caráter social, material e público da informação.** Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/176667>. Acesso em: 15 ago. 2023.

IPHAN. **Monumentos e espaços públicos tombados – Salvador (BA).** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 31 jul. 2023.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. **Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação.** Actas del X Congreso de ISKO-España. Ferrol 20 de junio-1 de julio de 2011; 2013: 371-387. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/11621>. Acesso em: 31 jul 2023.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história.** Campinas: Unicamp, 1990.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **A memória:** Um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Paulo: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 12 jul 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional.** João Pessoa: Editora UFPB, 2013

<p>Recebido/ Received: 21/08/2024 Aceito/ Accepted: 23/08/2024 Publicado/ Published: 27/12/2024</p>
--